PROVA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

TEXTO: O LABORATÓRIO DA NAÇÃO A ERA REGENCIAL (1831-1840)

AUTOR: MARCELO BASILLE

Segundo Basille o período regencial é tratado geralmente como algo negativo, sem implicações maiores para a formação da nação. No texto O Laboratório da Nação a era regencial (1831-1840), o autor busca demonstrar que a Regencia foi uma fase importante de mobilização política.

É verdade que alguns liberais tiveram uma visão otimista do período regencial, entretanto o que predominou foi a postura da historiografia conservadora (Regencia como período caótico da história brasileira devido às inúmeras revoltas que ocorreram no período, vistas como representativas da “fraqueza” do governo).

Basille busca ressaltar a importancia do período como fase de educação política, a Regencia abriu novas arenas políticas como as grandes revoltas (Cabanagem, Sabinada), entretanto tão importante quanto essas houveram também as revoltas menores, importantes, pois mais numerosas e disseminadas no império.

O período também movimentou politicamente a elite, em um primeiro momento da Regencia ganha destaque as ações de três grupos opostos ao imperador D. Pedro I. Os moderados cuja exigência restringia-se à pequenas reformas liberais como a redução do poder do Imperador e a observância dos direitos civis (são eles que controlam o poder durante o período regencial), os exaltados: de influencia jacobina, defensores da Republica e da abolição dos escravos e à direita da oposição estavam os caramurus, defensores de uma Monarquia Constitucional. Longe de ser um período caótico, a Regencia revelou distintos projetos políticos.

AS ARENAS POLITICAS

Estabelecida a abdicação do Imperador, os grupos citados anteriormente disputavam o poder entre eles, a primeira disputa dava-se no Parlamento, o Senado era controlado pelos caramurus ao passo que a camara era dominada pelos moderados, os exaltados tinham pouca representação, faziam política mais fora do Parlamento

Outros espaços de arena política: o autor ressalta a importância da imprensa nesse período onde cada facão tinha seu folhetim, mesmos os analfabetos tinham contato com os acontecimentos políticos uma vez que os periódicos eram lidos, para todos, nas ruas, em voz alta.

Ao lado da atividade jornalisitca assiste-se a um surto associativo, importante pois representa um período de liberdade de associação, elemento caro à tradição liberal, prolifera entidades de caráter político, literário, corporativo, etc., a marca desse associativismo é a publicidade, persisitiam as entidades secretas (como a Maçonaria) mas sobressaiam as de caráter publico. As três facões criavam associações identificadas com seus interesses, essas entidades funcionavam como grupos de pressão contra o Governo e o Parlamento operando como interlocutoras legitimas do debate publico.

Além dos elementos citados, reformas de cunho liberal representam o aspecto da forte mobilização política do período regencial, entre elas destacamos as seguintes:

1831 – Lei da Regencia: Os regentes não podem dissolver o Parlamento, a eles também é vedado a concessão de títulos honoríficos. A decisão visa diminuir qualquer possibilidade de governo despótico (visa o combate a decisões arbitrárias como a de D. Pedro I que em 1824 outorga a Constituição à revelia do Parlamento)

1831 – Criação da Guarda Nacional: fundada sob o principio liberal da defesa do país por cidadãos proprietários, visa a descentralização e desconcentração do poder do exército.

1832 – Código Processo Criminal: Segundo Basille essa foi a grande obra jurídica dos moderados, com forte sentido descentralizador a reforma do código instituía a figura do juiz de paz que era eleito pela localidade e tinha como atribuições reduzir os conflitos na região, os juízes de direito tiveram pouco poder nesse período.

1834: Ato Adicional: Forte viés federalista. Cria as assembleias provinciais que legislam sobre rendas próprias, funcionalismo publico, etc). Representa mais um elmento descentralizador a favor da autonomia das localidades.

As reformas foram gestadas pouco a pouco, fruto de um longo debate político, os exaltados consideravam tímidas as reformas, desejavam a instituição do Governo Republicano no Brasil, entretanto os debates nessa direção não foram adiante, pelo contrário a reação conservadora começou em 1835 quando o regente liberal Feijó passa a sofrer ferrenha oposição devido as inúmeras revoltas populares que eclodiam pelo pais (como a Cabanagem e a Revolução Farroupilha), havia certas desilusão com as reformas liberais pois elas não continham as revoltas, começa a haver movimentação da elite conservadora a favor do regresso (se não o regresso à monarquia, pelo menos, o retorno de medidas mais centralizadoras que possam coibir as revoltas populares).

Os partidários do regresso conquistam o poder em 1837 com a renúncia de Feijó e de 1840 à 1841 empreendem uma série de reformas com clara motivação de centralizar o poder do Estado frente às províncias, dentre as reformas destacamos: A Lei de Interpretação do Ato Adicional (esvazia muito o poder das assembleias provinciais), a Revisão (centralizadora) do Código do Processo Criminal (fortalecimento dos juízes de direito, subordinados ao Ministro da Justiça em detrimento dos juízes de paz), além do Reestabelecimento do Conselho de Estado (órgão consultivo auxiliar do Poder Moderador).

O II Reinado marca a vitória do movimento conservador que consolidou a centralização política e administrativa do país, esse período marca o fim de um importante momento para a formação da nação, o periodo regencial caracterizou-se por forte mobilização política tanto da elite (distintos modelos políticos) quanto da população (engajamento nas revoltas populares).

TEXTO: MONICA DANTAS. Revoltas, Motins, revoluções: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX

O livro organizado por Monica Dantas busca entender como foi a participação popular nas revoltas do século XIX consideradas menores, para a autora a participação variou muito em cada movimento e para entender a natureza da participação a historiadora propõe a analise de três grandes teorias:

1º Grupo – Rebeliões nas quais a participação da população está sob as ordens de alguma elite política (Ex: Farroupilha)

2º Grupo: A Revolta começa com a liderança da elite (casos da Balaiada e Sabinada, por exemplo), mas depois torna-se uma rebelião popular com líderes populares e defesa de uma plataforma voltada para as camadas mais pobres.

3º Grupo: Revoltas populares de fato sem participação da elite (Quebra-Quilos por exemplo)

A autora ressalta (e nesse ponto ela aproxima-se de Basille) a importancia dessas revoltas como constituidoras de um aprendizado político (não só as mais conhecidas, como as revoltas menores também) o qual ocorre junto com a formação do Estado Brasileiro. Mesmo nos momentos em que a classe popular é dirigida pelas elites temos aí um processo de educação política, pois as camadas mais pobres passam a ter contato com o jargão política, com os motivos das rebeliões, etc). A autora ressalta como as diversas revoltas que ocorreram em Pernambuco representaram esse processo de conscientização política.

A medida que participam das revoltas , as classes populares passam a exigir melhores condições para a camada pobre, passa-se a obervar o florescimento de uma consciência de classe, o povo que inicialmente luta ao lado das elites, passa a lutar pelos próprios interesses (muitos exigiam igualdade de direitos, mesma condição de cidadão para brancos e pretos). Muitas lutas configuraram a recusa de privilégios aos brancos, tinham conotação de contestação à superioridade étnica e social destes.

Apos analisar diferentes movimentos populares a autora busca sustenta que essas mobilizações, não obstante as diferenças, possuem vários elementos em comum, a revolta pela reforma agrária por exemplo não é muito diferente em termos de motivação da rebelição relacionada à volta do rei, em ambos os casos trata-se da mesma camada pobre lutando por direitos básicos, no caso, o acesso à terra.

As revoltas também guardam outro elemento comum: não tinham caráter abolicionista, não tinham como meta a libertação dos escravos, a autora explica que foram homens livres que engendraram tais revoltas (apesar do recrutamento de vários escravos que desejavam a liberdade em troca de serviços militares) a eles importava o atendimento de outras demandas, não queriam se ver associados a escravos, pois a condição de homens livres os distinguiam.

Por fim a historiadora rechaça o termo “revoltas regenciais”, pois ao delimitar a existência de revoltas em um período histórico delimitado perde-se o caráter de aprendizagem política ao longo do tempo.